



GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Monitor da Governança Pan-Amazônica

Maio de 2025

Este monitor registra como a Amazônia apareceu na agenda dos presidentes e Ministérios de Relações Exteriores dos países sul-americanos amazônicos em maio de 2025. Ao final, também inclui destaques do trabalho da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no mesmo período. Por meio de uma série de monitores mensais, o Observatório Político Sul-Americano (OPSA) busca criar uma base de informações públicas que permitam avaliar as convergências e divergências políticas entre os governos analisados nos múltiplos temas que envolvem a Pan-Amazônia, além de acompanhar a trajetória da OTCA ao longo do tempo. Os monitores fazem parte do projeto de pesquisa “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, desenvolvido pelo OPSA desde julho de 2023, em parceria com o [OIMC](#) e o [LEGAL](#). O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no âmbito do edital [Iniciativa Amazônia+10](#).

Sumário

Bolívia	2
Brasil	4
Colômbia	7
Equador	9
Guiana	11
Peru.....	14
Suriname	17
Venezuela	19
OTCA	20

Bolívia

Por Marília Closs e Débora Bedim

No mês de maio de 2025, um estudo realizado pela *Universidade Maryland* e pelo *Global Forest Watch* (GFW) apontou que a Bolívia subiu ao pódio mundial dos países que provocam os maiores danos ambientais. Atualmente, a Bolívia é o segundo país com os maiores índices de desmatamento florestal, logo após o Brasil; em terceiro lugar, está a República Democrática do Congo. Segundo os dados, 81% do que a Bolívia perdeu, em 2024, foi em florestas primárias, devido aos incêndios florestais, provocados pelo cultivo de soja, criação de gado e o plantio de cana-de-açúcar. Esses incêndios se transformam em queimadas de grandes proporções, causando fortes secas no país [1].

Instituições da sociedade civil boliviana denunciaram a omissão das agências governamentais para a produção desse resultado. O *Comité de Defensa del Valle de Tucabaca*, por exemplo, divulgou uma nota afirmando que mais de 10 milhões de árvores foram desmatadas no Valle de Tucabaca nos últimos anos, “com autorização da *Autoridad de Fiscalización y Control Social de Bosque y Tierra* (ABT) e com o silêncio cúmplice das autoridades encarregadas de proteger os nossos bosques”. Para o coletivo ambiental, todas as autoridades do “governo como um todo” são responsáveis por este desastre ambiental e, portanto, são ecocidas. Nas suas palavras: “Enquanto o mundo exige que a mudança climática seja travada, aqui é legalizada a destruição de nossas fontes de água, biodiversidade e vida” [1].

Agravando esse cenário, instituições da sociedade civil se uniram para pedir a revogação do Decreto Supremo nº 5.390. O decreto foi promulgado pelo governo no dia 14 de maio, abrindo maiores possibilidades de mudança no uso da terra e permitindo a legalização de desmatamentos e a apropriação irregular de terras públicas. Segundo o *Colegio de Ingenieros Forestales de Santa Cruz* (CIF-SC), o decreto põe em risco a integridade das reservas florestais e enfraquece o papel do Estado na fiscalização e no controle, facilitando a ocupação ilegal [2]. A organização ambientalista *Alas Chiquitanas* emitiu um comunicado exigindo a revogação imediata do DS 5390, afirmando que “é um direito de todos e todas terem um meio ambiente equilibrado” e finalizando com a seguinte justificativa: “porque defender os bosques, é defender a vida” [3].

Nesse meio tempo, o governo boliviano, por meio do Ministério das Relações Exteriores, assumiu a presidência *pro tempore* da Comissão Trinacional para o Desenvolvimento da Bacia do Rio Pilcomayo (CTN) para o período de 2025-2026. Na

LXII Reunião Ordinário desse mecanismo, a Bolívia voltou a reforçar seu compromisso com a gestão sustentável dos recursos hídricos compartilhados e o fortalecimento da cooperação entre o país e os demais que integram a bacia (Argentina e Paraguai) [4]. Um dos resultados firmados nessa reunião foi a decisão de dar continuidade ao desenvolvimento do Plano de Monitoramento de Peixes na bacia do Pilcomayo. Essa iniciativa, de caráter trinacional, busca proteger peixes migratórios chaves como o *sábalo*, cuja conservação é fundamental para a biodiversidade do ecossistema e para as comunidades que dependem desta espécie para seu sustento [4].

Além disso, foi organizado um workshop de capacitação intitulado "Governança de Barragens Resilientes: Nexos Água, Saúde, Energia, Alimentação e Ecossistemas" na cidade de La Paz. Esse evento foi realizado no âmbito do Projeto Rede para a Sustentabilidade e Governança da Água (ROSA) e reuniu representantes de organismos internacionais e *experts* em gestão hídrica. O Projeto ROSA é uma iniciativa de caráter regional que busca promover a gestão eficiente e sustentável da água na América Latina e no Caribe, difundindo boas práticas e facilitando a cooperação entre os países da região [5]. Em seu discurso, a ministra Celinda Sosa enfatizou os desafios atuais diante da crise climática e a urgência de se avançar a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Além disso, reforçou a necessidade de fortalecer o planejamento hídrico com enfoque climático, inclusão social e respeito aos direitos dos povos indígenas originários-camponeses [5].

Por fim, no dia 23 de maio, o Ministério das Relações Exteriores anunciou a realização do *III Congresso de Ecohidrologia para América Latina y el Caribe* (CELAC-PHI). O evento acontecerá em setembro de 2025 e tem como objetivo reunir especialistas, acadêmicos, autoridades, organizações sociais e representantes dos povos da região, para debater soluções sustentáveis frente aos desafios provocados pela crise climática e hídrica [6]. O Vice-Chanceler, Elmer Catarina Mamani, declarou que “a partir deste espaço diplomático e científico, convocamos a todos os países irmãos da América Latina e Caribe a somar-se neste congresso para construir redes e gerar conhecimento compartilhado para defender a água como fonte de vida”. Com isso, a Bolívia pretende reafirmar seu compromisso com uma “Diplomacia da Água para a Vida” e reconhecer a água como um direito humano fundamental e expressão de soberania dos povos [6].

Referências

- [1] Disponível em: https://eldeber.com.bo/pais/bolivia-se-acerca-al-primer-lugar-en-el-podio-mundial-de-la-deforestacion_515404/
- [2] Disponível em: https://eldeber.com.bo/economia/forestales-alertan-que-nuevo-decreto-abre-la-puerta-desmontes-y-apropiacion-de-tierras_515871/
- [3] Disponível em: https://eldeber.com.bo/pais/instituciones-piden-derogar-decreto-que-abriria-las-puertas-al-avasallamiento-en-reservas-forestales_516173/
- [4] Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2025/05/01/21146/>
- [5] Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2025/05/06/21172/>
- [6] Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2025/05/23/21500/>

Brasil

Por Diogo Ives e Guilherme Fritz

Na política doméstica brasileira, não foram encontradas ações relevantes do presidente Lula a respeito da Amazônia em maio de 2025, mas, se em abril houve diversas ações políticas e sociais para instá-lo a proibir a exploração de petróleo na bacia da Foz do Amazonas, conforme registrado no monitor passado, por sua vez, neste mês, houve ações de diferentes agentes para apoiar a liberação. No dia 6 de maio, a presidente da Petrobras, Magda Chambriard, compareceu à conferência “Offshore Technology”, nos Estados Unidos, onde defendeu a exploração do combustível pela empresa como um fator de desenvolvimento para o estado do Amapá e repetiu o bordão que Donald Trump utiliza para endossar a produção de energia fóssil a despeito da emergência climática global: “let’s drill, baby”. [1]

Por sua vez, no dia 12, uma carta aberta ao presidente Lula, assinada por cerca de 130 personalidades do Amapá (políticos, autoridades universitárias, professores universitários e representantes de pescadores), foi entregue ao líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (AP). Os signatários argumentaram que uma proibição da exploração do petróleo significaria uma abdicação forçada de oportunidades de desenvolvimento que podem ser conduzidas, segundo eles, com responsabilidade socioambiental e exploração racional da Foz do Amazonas, em diálogo com os amazônidas. [2] No dia 20, o Senado aprovou, em votação simbólica, a criação da Frente Parlamentar em Defesa da Exploração da Margem Equatorial, faixa litorânea onde está localizada a bacia. A frente foi proposta pelo senador Zequinha Marinho (Podemos-PA) para articular apoio político ao tema. [3]

No que se refere ao desmatamento na Amazônia, o Senado também chamou atenção, no dia 21, quando sua Comissão de Meio Ambiente aprovou o projeto de lei nº

2.159/2021, que flexibiliza o licenciamento ambiental e foi apelidado de “PL da Devastação” pela oposição. O projeto reduz etapas de licenciamento, limita a participação de órgãos públicos no processo e permite uma “autodeclaração” do empreendedor para obras de pequeno e médio porte. A aprovação se deu com apoio de senadores da Amazônia Legal, como Davi Alcolumbre (União Braisl-AP) – presidente do Senado – e Confúcio Moura (MDB-PA), e deverá ser avaliada ainda pelo plenário do Senado e pela Câmara dos Deputados. Ambientalistas avaliam que a flexibilização do desmatamento viabilizada pelo projeto pode levar à perda de 18 milhões de hectares de floresta Amazônia, tamanho equivalente ao estado do Paraná. [4]

Na política externa, o presidente Lula fez uma viagem de Estado à China nos dias 12 e 13 de maio. Entre os 20 acordos e 17 documentos assinados bilateralmente, foi lançado um Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Restauração de Vegetações e Sumidouros de Carbono, com vistas à cooperação em políticas e instrumentos relacionados à gestão sustentável de florestas. [5] Pequim também se comprometeu a avaliar investimentos nos projetos brasileiros do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e das Rotas de Integração Sul-Americana, a fim de facilitar o comércio por meio da construção de vias logísticas, que cruzam inclusive a Amazônia. [6]

Além disso, no dia 8, o embaixador brasileiro André Côrrea do Lago divulgou a 2ª Carta da Presidência da COP-30. O documento utiliza o termo “mutirão”, de origem indígena, para salientar a necessidade de diversificar esforços de contenção da emergência climática global, indo além das Contribuições Nacionalmente Determinadas dos Estados, consagradas pelo Acordo de Paris. Nesse sentido, sugere a formulação de “contribuições autodeterminadas” de redução de gases de efeito estufa por parte de empresas, organizações da sociedade civil e entes subnacionais. Florestas e oceanos foram destacados como os principais sumidouros de carbono a serem preservados. Comunidades afrodescendentes foram mencionadas como agentes importantes no debate climático. [7]

No dia 23, Côrrea do Lago divulgou uma nova Carta da Presidência da COP-30, com maior atenção à exploração de energia fóssil. O documento relembrou o compromisso firmado pelos países na COP-28 de Dubai, em 2023, quando prometeram “se afastar dos combustíveis fósseis” (*transition away*). Segundo o embaixador, na COP-30, os países devem fazer esforços para acelerar a transição energética global, triplicar a capacidade global de energia renovável, dobrar a taxa média global de melhoria da

eficiência energética e promover o afastamento dos combustíveis fósseis nos sistemas energéticos, de forma justa, ordenada e equitativa. [8] Isso requererá que as conversas multilaterais deem impulso significativo ao “Programa de Trabalho de Transição Justa, conceito dinâmico e de relevância fundamental para a vida das pessoas”, segundo a carta. [9]

Por fim, ao longo do mês de maio, diversos veículos publicaram reportagens sobre uma ação judicial que estaria sendo movida pela tribo indígena Marubo contra o jornal The New York Times (NYT). O motivo do processo foi uma reportagem publicada pelo NYT que alegava que o acesso à internet teria viciado os membros do povoado em pornografia. [10] Após a publicação do NYT, outros veículos também publicaram escritos sobre o tema, criando uma espécie de opinião pública negativa acerca dos Marubo. A ação judicial acusou o NYT de sensacionalismo, de forma que a publicação estaria distorcendo a relação dos Marubu com a internet e, com isso, difamando-os. [11][12][13]

Referências

- [1] Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2025/05/07/exclusivo-presidente-da-petrobras-defende-exploracao-na-margem-equatorial-lets-drill-baby.ghtml>
- [2] Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2025/05/12/em-carta-a-lula-cientistas-do-ap-rejeitam-ideia-de-fundos-para-nao-explorar-margem-equatorial.htm>
- [3] Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/05/20/criada-a-frente-parlamentar-de-petroleo-na-margem-equatorial>
- [4] Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2025/05/20/nova-lei-de-licenciamento-ambiental-avanca-no-senado-entenda-o-projeto.ghtml>
- [5] Disponível em: <https://www.gov.br/planalto.html/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2025/05/brasil-e-china-trabalharao-juntos-na-restauracao-de-vegetacao-e-sumidouros-de-carbono>
- [6] Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2025/05/12/brasil-aposta-em-visita-de-lula-a-pequim-para-anuncios-de-investimentos-chineses-em-infraestrutura.htm>
- [7] Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2025/05/nova-carta-da-cop30-critica-estrategias-superadas-mas-adia-mencao-a-combustiveis-fosseis.shtml>
- [8] Disponível em: <https://climainfo.org.br/2025/05/25/abandono-de-combustiveis-fosseis-volta-ao-radar-da-cop30/>
- [9] Disponível em: <https://cop30.br/pt-br/presidencia-da-cop30/cartas-da-presidencia/terceira-carta-da-presidencia-brasileira>
- [10] Disponível em: <https://www.nytimes.com/pt/2024/07/19/world/americas/a-ultima-fronteira-da-internet-aldeias-remotas-da-amazonia.html>
- [11] Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cyvmjv15qygo>

[12] Disponível em: <https://www.independent.co.uk/news/world/americas/new-york-times-sued-amazon-tribe-pornography-b2757431.html>

[13] Disponível em: <https://economictimes.indiatimes.com/news/international/global-trends/did-new-york-times-defame-amazon-indigenous-tribe-by-labeling-them-as-porn-addicts-check-details/articleshow/121366255.cms?from=mdr>

Colômbia

Por Júlia Furtado Reis e Matheus Petrelli

No dia 5 de maio, lideranças ambientais da região de Caquetá denunciaram a interrupção de políticas de preservação da floresta amazônica por ordem direta de dissidentes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). O grupo, denominado Estado Maior Central (EMC), que sofreu um racha após discordâncias entre as lideranças, acabou se dividindo entre aqueles comandados por Calarcá e outros por Ivan Mordisco. O último, que se posicionou de forma mais reativa às tratativas de paz do governo Petro, não apresentou interesse em avanços significativos nas negociações. Em paralelo, o EMC–Calarcá, que se apresenta como uma vertente mais acessível ao diálogo com o governo, passou a incluir metas de preservação ambiental em sua negociação. Tendo em vista a relevância da pauta ambiental para o governo Petro, o grupo passou a conceber de questões relacionadas à amazônica como moeda de troca. Segundo as lideranças ambientais de Caquetá, região que conecta os Andes com a Amazônia, o grupo paramilitar liderado por Calarcá paralisou um projeto comunitário de reflorestamento para “avaliar se ele serve para suas negociações” [1]. A iniciativa do Instituto Amazônico de Investigações Científicas (SINCHI), tinha como objetivo reflorestar 12 mil hectares a partir de 4 mil famílias campesinas com investimento de 100 bilhões de pesos. Enquanto os locais denunciam a tomada da região amazônica como refém pelo grupo de Calarcá, o porta-voz do SINCHI, Aunque Rodriguez, negou que o projeto esteja paralisado, mas afirmou que há uma limitação das atividades por “decisões internas dos territórios” [1].

Por sua vez, no dia 9 maio, a ministra do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Colômbia, Lena Estrada, visitou municípios da região da Amazônia com a intenção de trabalhar com as entidades locais, promover a bioeconomia e fortalecer a governança regional para a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30) [2]. Na cidade de Letícia, Estrada fez a sua primeira visita ao Instituto Amazônico de Pesquisas Científicas, onde se reuniu com uma equipe de pesquisadores para conhecer os avanços na conservação e no desenvolvimento da bioeconomia na região

amazônica. Ademais, Estrada encontrou-se com autoridades indígenas da Reserva de San Sebastián de Los Lagos, no âmbito da Mesa Redonda de Coordenação Interinstitucional Permanente, um fórum onde as comunidades indígenas e representantes do governo nacional colombiano discutem e acordam os projetos e as políticas que afetam essa população [3].

Em paralelo, no dia 21 de maio, a plataforma *Global Forest Watch* tornou público seu relatório sobre a perda de florestas tropicais em 2024. Foram perdidos 98.000 hectares de floresta primária na Colômbia em 2024, que, em comparação com a perda de 66.000 hectares de 2023, representam um aumento de quase 50% no desmatamento [4]. É importante apontar, todavia, que o ano de 2023 apresentou uma queda histórica no desmatamento do país. O registro de desmatamento de 2024, ainda que alarmante, é o menor desde 2016 [4]. De acordo com a plataforma, os desafios apresentados pela presença do crime organizado na região podem ter sido um dos principais motivos para o aumento da perda florestal no país [5]. A suspensão das negociações de paz na Colômbia aumentou a produção de coca e a mineração ilegal e, como consequência, podem ter impactado o desmatamento [5].

Por fim, entre os dias 19 e 23 de maio, foi realizada a Semana do Clima da América Latina e Caribe, no Panamá. Lena Estrada representou a Colômbia no evento com a intenção de apresentar a visão do país para a COP30, que foca na territorialização das metas climáticas [6]. No Fórum de Implementação, realizado pela presidência da COP30, Estrada fez um apelo à maior participação das comunidades locais, afirmando que “não basta elaborar planos técnicos em escritórios. As soluções devem ser construídas com as comunidades locais, que conhecem seus territórios, riscos e oportunidades” [7]. No painel de alto nível “Criando Oportunidades: Aumentando a Ambição das NDCs para um Futuro Sustentável e Justo”, a ministra enfatizou a necessidade de territorializar as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), do Acordo de Paris (2015), que devem ser construídas com a participação das comunidades locais [6]. Estrada buscou pressionar pela descentralização das decisões como a forma mais efetiva para se ter resultados na preservação das florestas, já que “não é o governo central que cuida da floresta, são as pessoas nos territórios” [6].

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.lasillavacia.com/silla-amazonia/amazonia-en-breve/disidencias-de-calarca-frenan-proyecto-ambiental-en-caqueta/>
- [2] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/en-amazonas-miniambiente-lanza-agenda-por-la-selva-la-bioeconomia-y-la-gobernanza/>
- [3] Disponível em: <https://www.mpcindigena.org/quienessomos/>
- [4] Disponível em: <https://www.lasillavacia.com/silla-amazonia/amazonia-en-breve/colombia-entre-los-paises-que-mas-bosque-tropical-perdieron-en-2024/>
- [5] Disponível em: https://gfr.wri.org/latest-analysis-deforestation-trends?utm_medium=social&utm_source=twitter&utm_campaign=tcl2024
- [6] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/ministra-lena-estrada-impulsa-enfoque-territorial-para-enfrentar-la-crisis-climatica/>
- [7] Disponível em: <https://cop30.br/pt-br/noticias-da-cop30-amazonia/cop30-no-panama-forum-de-implementacao-exige-aco-es-urgentes-contra-cri-se-climatica>

Equador

Por Ghaio Nicodemos e Beatriz Bandeira de Mello

No fim de abril, uma série de incidentes de saúde com mortes em comunidades indígenas da Amazônia chamou a atenção do Ministério da Saúde do Equador, após denúncias de ativistas de direitos humanos, como a Aliança pelos Direitos Humanos. Após uma série de exames, no dia 4 de maio, foi diagnosticado que oito mortes infantis entre indígenas Achuar foram causadas pela infecção de leptospirose, além de outras 46 contaminações de pacientes com sintomas relacionados [1]. Também foram detectados casos de coqueluche e febre amarela, que deram início a um alerta epidêmico, com reforço vacinal e cobrança de comprovantes de vacinação de estrangeiros e articulação com os países vizinhos, como a Colômbia e o Peru. Em 2025, foi observado um crescimento de 127% dos casos de coqueluche e um aumento em 200% dos casos de febre amarela, principalmente na região amazônica e próxima a fronteiras [2].

Entrementes, uma série de episódios envolvendo mineração ilegal repercutiram no plano doméstico. No dia 9 de maio, 11 militares foram assassinados durante uma emboscada ocorrida numa operação contra a mineração ilegal na província de Orellana, na região conhecida como Alto Punino [3]. Os militares foram surpreendidos por integrantes da organização *Comandos de la Frontera* (CDF), que reagiram com tiros e lançamentos de granada. As autoridades investigam se houve vazamento de informações sobre a operação. Desde 11 de maio, centenas de militares desembarcaram em diferentes localidades nas províncias de Orellana, Napo e Sucumbíos com o objetivo de rastrear as operações do CDF e as atividades ilegais na região.

No fim do mês, organizações indígenas do Equador denunciaram ações de despejo consideradas violentas e ilegais realizadas pela sede da *Federación Interprovincial de Centros Shuar* (Ficsh) localizada na província de Morona Santiago [4]. A Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE) denunciou que os agentes da Polícia Nacional entraram nas instalações da federação sem apresentar ordem judicial, o que representa uma violação do processo legal e o descumprimento de premissas constitucionais. A CONAIE acusa o governo de Daniel Noboa de ser cúmplice das empresas mineradoras que atuam na região, em especial a Lowell-Solaris, do Canadá, e diz que a ação de despejo é uma tentativa de “infiltrar, dividir e controlar” as organizações indígenas e instaurar uma perseguição política contra seus líderes.

A ex-vicepresidenta da Confederação de Povos da Nacionalidade Kichwa do Equador (ECUARINARI), Nayra Chalán, disse que a ação teve o objetivo de substituir o atual presidente da federação indígena por David Tankamash, visto como um aliado do governo e da empresa mineradora. Nos mesmos termos, o governo equatoriano anunciou a suspensão de quatro concessões de mineração outorgadas a empresas chinesas na região amazônica. Segundo comunicado do Ministério de Energia e Minas e informações disponibilizadas pelo Ministério de Ambiente, Água e Transição Ecológica (MAATE), as empresas descumpriram normas locais, como o plano de manejo ambiental, e transgrediram as obrigações estabelecidas na Licença Ambiental concedida [5]. Uma das empresas, a Terraearth Resources, deverá cumprir medidas corretivas de reparação ambiental, como ações de descontaminação da terra e da água, além de passar por uma nova avaliação do MAATE para recuperar sua licença.

Além disso, em 25 de maio, uma operação policial identificou um posto avançado do grupo guerrilheiro CDF, onde foi identificado o depósito de componentes químicos para o processamento de drogas e a elaboração de explosivos. Os guerrilheiros utilizavam identificação de organizações ligadas a ONU para disfarçar suas operações. As forças de segurança denunciaram a identificação do uso da logomarca do Programa Mundial de Alimentos (PMA). Foram apreendidas grandes quantidades de produtos químicos, com destaque para mais de 49 mil litros de acetona e três veículos (um caminhão, uma camionete e uma motocicleta) [8].

Por sua vez, o governo equatoriano anunciou que iniciará uma série de investimentos na região da Amazônia com o objetivo de impulsionar 26 projetos estratégicos para o desenvolvimento da região [6]. Somando cerca de \$67 milhões, os recursos fazem parte do *Fondo Común Amazónico* (FCA) e serão destinados a seis

províncias amazônicas (Sucumbíos, Orellana, Napo, Pastaza, Morona Santiago e Zamora Chinchipe). Elas deverão implementar políticas nas áreas de saneamento, asfalto, produção, comércio e aquisição de maquinário.

Em outra temática, foi anunciado que o governo do Equador recebeu três reconhecimentos internacionais pela transação que trocou parte do montante da dívida por recursos para a conservação da Amazônia através do *Programa Biocorredor Amazónico* [7]. A decisão do governo foi reconhecida pelos *Premios de Bonos Latinoamericanos de GlobalCapital 2025* e pelos *Premios de Deuda Sostenible de Finanzas Ambientales 2025*. Em 2023, o Equador realizou manobra semelhante para a conservação marinha das Ilhas de Galápagos com apoio da Corporação Financeira Internacional para o Desenvolvimento (DFC, na sigla em inglês) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.rfi.fr/es/m%C3%A1s-noticias/20250505-ochoni%C3%B1os-muertos-por-un-brote-de-leptospirosis-en-una-comunidad-ind%C3%ADgena-de-ecuador>
- [2] Disponível em: <https://elpais.com/america/2025-05-06/ecuador-declara-la-alerta-epidemiologica-por-fiebre-amarilla-y-tos-ferina.html>
- [3] Disponível em: <https://www.primicias.ec/seguridad/perfiles-militares-asesinados-emboscada-comandos-frontera-orellana-96100/>
- [4] Disponível em: <https://www.telesurtv.net/denuncian-en-ecuador-el-desalojo-de-sede-de-una-federacion-indigena-en-la-amazonia/>
- [5]: Disponível em: <https://www.infobae.com/america/america-latina/2025/05/28/ecuador-suspendio-cuatro-concesiones-mineras-de-una-empresa-china-en-la-amazonia/>
- [6] Disponível em: <https://www.eldiario.ec/gobierno-de-ecuador-impulsa-el-desarrollo-integral-de-la-amazonia-con-inversion-millonaria-20250528/>
- [7] Disponível em: <https://www.infobae.com/america/agencias/2025/05/28/ecuador-recibe-tres-premios-internacionales-por-canje-de-deuda-para-conservar-la-amazonia/>
- [8] Disponível em: <https://efe.com/mundo/2025-05-25/ecuador-bodega-narco-amazonia/>

Guiana

Por Guilherme Fritz

No dia 1º de maio, a Corte Internacional de Justiça (CIJ) divulgou uma nota em que reafirmava as diretrizes da decisão de 1º de dezembro de 2023 sobre o litígio entre Guiana e Venezuela a respeito de Essequibo, região amazônica. Objetivamente, a CIJ

pede que ambos os países não adotem medidas que agravem a situação e que respeitem a soberania territorial da Guiana, pois, até o momento, Essequibo é oficialmente parte do território guianense [1][2]. O que motivou essa nota foi justamente o aumento da tensão entre os países vizinhos, já que o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, anunciou eleições no dia 25 de maio em Essequibo. O ato pretende eleger um governador e oito deputados para a região [3]. No dia 3 de abril de 2024, Maduro promulgou uma “Lei Orgânica para a Defesa de Essequibo” (LODE), a qual reconhece o território de Essequibo como uma província venezuelana — Guiana Essequiba [4].

Ainda sobre Essequibo, no mês de fevereiro, seis soldados guianenses foram feridos na fronteira com a Venezuela, no rio Cuyuni [5]. Em março, a Guiana acusou a Venezuela de ter realizado uma incursão naval militar em seu território marítimo [6]. Por sua vez, no dia 15 de maio, soldados da Guiana foram atacados três vezes em 24 horas justamente na região de Essequibo. Os ataques foram perpetrados por homens armados com vestimenta civil e, até o momento, não há nenhuma confirmação de que tenham sido realizados por “agentes venezuelanos infiltrados” [7].

Essa sucessão de acontecimentos intensificou reações da Guiana. Entre os dias 19 e 23 de maio, o país foi anfitrião da quarta edição do Exercício do Mecanismo de Cooperação em Desastres (Mecodex) da Junta Interamericana de Defesa (JID). O exercício contou com a participação de sete países do continente americano, incluindo Brasil e Estados Unidos, além da Espanha. A atividade foi anunciada no dia 15 de maio de 2024, cerca de um mês após a promulgação da LODE por Maduro [8][9][10]. Apesar de o objetivo declarado ser a cooperação militar em casos de desastres naturais, a movimentação pode ser interpretada como uma espécie de “recado diplomático” ao governo venezuelano.

Convém lembrar que disputa por Essequibo possui raízes históricas, mas a “revitalização” do conflito parece advir de uma conjuntura recente: a descoberta de petróleo em Essequibo parece ter aguçado a ansiedade venezuelana por sua soberania. A renda do petróleo, que é uma realidade para a Guiana desde 2020, sustenta a maior parte dos projetos do Estado guianense. Os projetos de infraestrutura e de segurança alimentar, por exemplo, têm como base os recursos advindos da exportação de petróleo.

O presidente do país, Irfaan Ali, busca ressaltar que esse “enriquecimento” pertence ao conjunto da população, o que também inclui os povos originários da Guiana. A estratégia do seu governo busca criar uma espécie de ecologia de mercado, principalmente voltada à valorização ambiental e à segurança alimentar. As escolhas que

envolvem os povos originários transformam as florestas em ativos financeirizados por meio de mercados de crédito de carbono, ao mesmo tempo que os recursos do petróleo servem de meio para incentivar a produção alimentar dos vilarejos. Segundo Ali, sua expectativa em relação à produção agrícola, por exemplo, é a de que se possa não apenas aumentar a produtividade para a subsistência, mas também incorporar essa produção ao mercado. Essa dinâmica conforma a intenção de alcançar maior segurança ou soberania alimentar. Objetivamente, o governo busca subsidiar o desenvolvimento social e econômico dos povos ameríndios e promover uma maior integração infraestrutural. Desde 2007, o governo mantém um programa chamado Presidential Grant (Concessão Presidencial — tradução nossa), cuja função é transferir valores monetários aos povos indígenas de acordo com seu tamanho populacional [11]. Em 2024, por meio desse programa, foram transferidos cerca de 395 milhões de dólares. Em 2025 o valor previsto é de 532 milhões de dólares [12][13].

É preciso ressaltar que os termos “desenvolvimento social e econômico” refletem a percepção do Estado da Guiana sobre o tema. A narrativa do governo busca criar um quadro redistributivo positivo de renda e bem-estar social. Porém, como já mencionado em escritos anteriores, a participação política dos povos indígenas sobre o uso da terra não pode ser negligenciada. Os pagamentos do referido programa não podem ser confundidos com a “compra política” da opinião dos povos em questão [14].

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.minfor.gov.gy/newsroom/international-court-justice-orders-venezuela-refrain-elections-guyanas-territory-pending>
- [2] Disponível em: <https://dpi.gov.gy/international-court-of-justice-orders-venezuela-to-refrain-from-elections-in-guyanas-territory-pending-final-judgment/>
- [3] Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2025/05/22/venezuela-fara-eleicao-em-essequibo-territorio-da-guiana-que-caracas-reivindica-como-seu.ghtml>
- [4] Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/04/03/essequibo-maduro-promulga-lei-sobre-territorio-da-guiana.ghtml>
- [5] Disponível em: <https://efe.com/en/latest-news/2025-02-18/guyana-investigates-attack-on-soldiers-on-venezuelan-border/>
- [6] Disponível em: <https://www.france24.com/en/live-news/20250301-us-guyana-denounce-venezuelan-naval-incursion>
- [7] Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2025/may/15/guyana-venezuela-attack-essquibo>
- [8] Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2025/05/25/manobra-militar-na-guiana-envolvendo-brasil-e-eua-envia-recado-a-venezuela-sobre-essequibo-as-vesperas-de-eleicao.ghtml>

- [9] Disponível em: <https://dpi.gov.gy/guyana-set-to-host-major-regional-disaster-response-simulation-mecodex-2025/>
- [10] Disponível em: <https://jid.org/pt/ejecucion-de-la-actividad-tecnica-de-simulacion-mecodex-guyana-2025/>
- [11] Disponível em: <https://moaa.gov.gy/presidential-grant/>
- [12] Disponível em: <https://op.gov.gy/index.php/2025/05/20/govt-fully-committed-to-the-holistic-development-of-indigenous-communities-across-the-country-president-ali/>
- [13] Disponível em: <https://op.gov.gy/index.php/2025/05/24/president-ali-announces-transformative-initiatives-for-amerindian-communities/>
- [14] Disponível em: <https://opsa.com.br/wp-content/uploads/2025/05/Monitor-Pan-Amazonia-Abril-2025.pdf>

Peru

Por Jefferson Nascimento e Lucas Berti

Durante o mês de maio, no Peru, as agendas da Presidência, do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e do Ministério do Meio Ambiente (MINAM) incluíram temas voltados à conservação da Amazônia. Em resumo, no plano multilateral, houve a participação do governo na Cúpula Ministerial da Água da América Latina e do Caribe, além de encontros com representantes da OTCA e da ONU. No nível bilateral, foi feito um acordo com o Reino Unido e discutiu-se com representantes da Noruega a possibilidade de aprofundar a cooperação em questões ambientais e climáticas. Por fim, no plano doméstico, o Executivo aprovou um decreto que amplia o papel do MINAM para lidar com desastres socioambientais.

A Cúpula Ministerial da Água, ocorrida nos dias 27 e 28 de maio, em Lima, reuniu representantes dos países da América Latina e do Caribe para discutir a gestão dos recursos hídricos da região. A mandatária peruana, Dina Boluarte, presidiu o evento internacional e destacou a necessidade de impulsionar projetos voltados para o desenvolvimento sustentável que concebam a água como um recurso essencial. O ministro do Meio Ambiente, Juan Carlos Castro, destacou que o evento representou uma “oportunidade histórica” para construir conjuntamente soluções inovadoras a partir de uma perspectiva regional [1]. Já a vice-ministra do MINAM, Raquel Soto, em seu discurso, destacou a capacidade hídrica da Amazônia, cuja preservação deveria ser tratada como uma prioridade no debate sobre gestão do uso da água [2].

Ao final do evento, representantes dos 15 países que participaram do encontro assinaram um documento intitulado *Hoja de Ruta del Agua*, no qual foram estabelecidos sete objetivos gerais a serem perseguidos no nível doméstico, como o de mitigar as

alterações climática, que, por sua vez, afetam a disponibilidade e a qualidade da água; o de fomentar a participação comunitária na gestão hídrica; o de recompensar os provedores de serviços ecossistêmicos que conservam fontes de água; dentre outros. O documento será apresentado em outras importantes reuniões mundiais relacionadas à gestão hídrica, como na reunião do Fórum de Ministras e Ministros do Meio Ambiente da América Latina e Caribe, que ocorrerá nos dias 1º e 2 de outubro de 2025; na Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente, nos dias 8 e 12 deste ano; na Conferência das Nações Unidas sobre a Água, em dezembro de 2026; e no Fórum Mundial da Água, em 2027 [3].

Ainda no plano das discussões ambientais em nível regional, houve uma reunião, em Lima, entre o ministro peruano de Relações Exteriores, Elmer Schialer, e o secretário-geral da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), Martín Von Hildebrand. O chanceler peruano expressou o desejo de que a COP 30 promova avanços importantes para a Amazônia e enfatizou a necessidade de os países amazônicos reafirmarem seu compromisso com o sistema multilateral e a ação coletiva. Von Hildebrand, por sua vez, expôs ao chanceler peruano as prioridades da OTCA para que o Peru possa identificar de que maneira contribuirá para impulsionar a agenda da organização [4].

Além do vínculo com a OTCA, o Peru vem mantendo uma parceria com a ONU, através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que vem rendendo resultados importantes, de acordo com um anúncio feito pela vice-ministra do Meio Ambiente, Raquel Soto. A partir de um trabalho articulado com mais de 4000 produtores agropecuários, incluindo grupos indígenas, o projeto intitulado *Paisajes productivos sostenibles en la Amazonía peruana* ajudou a evitar o desmatamento de aproximadamente 70 mil hectares na floresta, segundo Soto. A informação foi anunciada nos dias 29 e 30 de abril, quando a representante do MINAM e um representante do PNUD visitaram a região para conversar com os produtores locais e avaliar o desenvolvimento do projeto. Vale mencionar, ainda, que o projeto conta com o financiamento do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF) [5].

No âmbito das relações bilaterais, o Peru firmou um acordo de cooperação com o Reino Unido para a realização de ações conjuntas em favor do desenvolvimento sustentável e da conservação da biodiversidade no país sul-americano. O acordo terá três anos de vigência e prevê medidas para enfrentar a mudança climática, para reduzir o desmatamento e para ajudar no combate às atividades ilegais na Amazônia. No texto do documento, publicado no dia 29 de maio, enfatiza-se a importância de trabalhar em

conjunto com outros países em espaços multilaterais, dentre os quais o texto faz menção específica à COP 30, que acontecerá no Brasil este ano. Os termos do documento foram negociados pelo ministro do Meio Ambiente peruano, Juan Carlos Castro, e pelo embaixador britânico radicado em Lima, Gavin Cook. Cook reafirmou o compromisso do Reino Unido com a América do Sul no tocante ao financiamento climático, que é canalizado por programas como o *UK Partnering for Accelerated Climate Transitions* (UKPACT), o *Climate Finance Accelerator* (CFA), o *Scaling Climate Action by Lowering Emissions* (SCALE) e o *The Amazon Catalyst for Forest Communities* (AMCAT) [6].

Outro país com o qual o Peru buscou fortalecer seus laços diplomáticos foi a Noruega. No dia 21 de maio, representantes dos dois países se reuniram na sede do MRE em Lima para discutir o aprofundamento da cooperação bilateral entre os dois países, sobretudo na agenda ambiental. Através de sua agência de cooperação, a NORAD, e de entidades acadêmicas, a Noruega vem dando assistência ao Peru para a conservação de recursos marinhos e pesqueiros [7]. O acordo representa mais um passo no processo de estreitamento e de institucionalização da cooperação bilateral entre os dois países, já que, no ano passado, eles assinaram uma Declaração Conjunta de Intenções (DCI). No dia 29 de maio, inclusive, o embaixador norueguês Pers Anders Nilsen e a vice-ministra do MINAM chegaram a discutir a possibilidade de firmarem uma nova DCI com o objetivo específico de estabelecer novas metas para a redução do desmatamento entre 2026 e 2030. Além disso, Soto e Nilsen debateram o compromisso global pela proteção dos territórios onde vivem as comunidades indígenas, que vem sendo impulsionado através da Plataforma Global de Apoio aos Povos Indígenas e Comunidades Locais, liderado pelo Peru e pela Noruega em parceria com o Brasil. O projeto será apresentado oficialmente na COP 30 [8].

Por fim, no âmbito doméstico, o governo nacional promulgou um decreto que regulamenta a Lei de Emergência Ambiental. A medida cria um marco normativo para que as autoridades possam lidar de forma mais eficiente e articulada com eventos súbitos que possam afetar a qualidade ambiental e que representem risco para a saúde coletiva. Em linhas gerais, a regulamentação busca fortalecer o papel do MINAM como autoridade ambiental nacional, atribuindo-lhe a tarefa de, em casos de desastres socioambientais, promover a avaliação técnica e a coordenação interinstitucional para a implementação do Plano de Ação Imediata e de Curto Prazo (PIAI). Ao ampliar o escopo de ação do MINAM, o governo acredita que possa desburocratizar as respostas a incidentes dessa natureza [9].

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1176266-ministro-del-ambiente-los-paises-de-america-latina-y-el-caribe-nos-unimos-hoy-para-dar-una-respuesta-comun-frente-a-los-desafios-hidricos>
- [2] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1177081-paises-amazonicos-unen-esfuerzos-para-protger-su-biodiversidad>
- [3] Disponível em: <https://www.infobae.com/america/agencias/2025/05/29/cumbre-ministerial-latinoamericana-concluye-en-peru-con-firma-de-hoja-de-ruta-del-agua/>
- [4] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1175758-canciller-schialer-abordo-acciones-a-favor-de-la-amazonia-con-el-secretario-general-de-otca>
- [5] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1161017-minam-y-pnud-suman-esfuerzos-para-evitar-la-deforestacion-de-70-mil-hectareas-de-bosques-amazonicos>
- [6] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1177765-peru-y-reino-unido-fortalecen-alianza-para-enfrentar-los-impactos-del-cambio-climatico>
- [7] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1172565-peru-y-noruega-apuestan-por-una-cooperacion-mas-innovadora-y-cercana-a-la-ciudadania>
- [8] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1177817-peru-y-noruega-avanzan-en-la-lucha-contra-la-deforestacion-en-bosques-de-nuestra-amazonia>
- [9] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1173566-gobierno-aprueba-el-reglamento-de-la-ley-de-declaratoria-de-emergencia-ambiental>

Suriname

Por Guilherme Fritz

O Estado nacional do Suriname realizou eleições para sua Assembleia Nacional no dia 25 de maio. O presidente do país é escolhido por meio do voto de dois terços dos 51 membros dessa câmara. Os resultados parciais indicam que o Partido da Reforma Progressiva (*Progressive Reform Party – VHP*), do atual presidente Chandrikapersad Santokhi, conquistou cerca de 17 assentos. Por sua vez, a previsão é que o Partido Nacional Democrata (*National Democratic Party – NDP*), liderado por Jennifer Geerlings-Simons, tenha obtido aproximadamente 18 lugares [1][2][3][4].

Antes mesmo de o resultado oficial ser anunciado — o que costuma ocorrer algumas semanas após o fechamento das urnas —, para garantir os quóruns necessários à governabilidade, o NDP formou uma coalizão com os seguintes partidos: *Alternative 2020 Party (A20)*, *Brotherhood and Unity in Politics Party (BEP)*, *General Liberation and Development Party (ABOP)*, *National Party of Suriname (NPS)* e o *Pertjajah Luhur Party (PL)* [1][2][3][4].

Estima-se que a coalizão em torno do NDP possa chegar a 34 assentos, conferindo-lhe o número necessário para escolher o próximo presidente do Suriname, o que, se confirmada a escolha de Jennifer Geerlings-Simons, levará a primeira mulher a assumir tal cargo no país. Se os resultados confirmarem as previsões, o país assistirá ao retorno do NDP ao poder, ao menos como partido principal da coalizão. Apesar da aparente derrota de seu partido, Chandrikapersad Santokhi foi, individualmente, o candidato mais votado, somando um total de 42.521 votos [1][2][3][4].

Os resultados finais não foram divulgados até o final de maio; portanto, não houve Assembleia Nacional definida, tampouco indicação de vice-presidente ou presidente. Ainda assim, fica claro que as duas principais forças partidárias do Suriname hoje são o NDP e o VHP [5].

O Suriname possui mais de 90% de seu território coberto por floresta amazônica; portanto, essa corrida eleitoral representa a face política de um território majoritariamente amazônico. Contudo, a despeito da disputa institucional, ambos os partidos — tanto o NDP quanto o VHP — são favoráveis à exploração de petróleo offshore, e suas divergências sobre o tema residem no modo de utilização da renda petroleira. Cada um se apresenta como mais eficiente na gestão dessa matéria-prima [2].

Conclui-se, então, que qualquer desfecho eleitoral tenderá a estimular a exploração do petróleo, sedutora pelas promessas monetárias. Resta saber se alguma das duas gestões será capaz de conciliar desenvolvimento econômico (e não apenas crescimento) com a preservação ambiental, posto que os desastres em potencial têm impacto de difícil mensuração e alimentam a degradação climática por meio da emissão de carbono oriunda dos combustíveis fósseis. Transformar riqueza natural em desenvolvimento sustentável continua sendo o grande desafio do país.

Referências

- [1] Disponível em: <https://news.mongabay.com/2025/05/whats-at-stake-for-the-environment-in-surinames-upcoming-elections/>
- [2] Disponível em: <https://www.france24.com/en/live-news/20250525-suriname-votes-for-new-government-to-steer-oil-windfall>
- [3] Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2025/5/25/oil-riches-are-on-the-horizon-as-suriname-chooses-its-next-government>
- [4] Disponível em: <https://www.reuters.com/world/surinames-ruling-party-opposition-nearly-tied-parliamentary-election-2025-05-26/>
- [5] Disponível em: <https://abcnews.go.com/International/wireStory/new-coalition-challenges-surinames-president-after-close-election-122268257>

Venezuela

Por Thaís Jesinski Batista e Stephanie Braun

O mês de maio de 2025 foi marcado pela continuidade das operações realizadas pela Força Armada Nacional Bolivariana (FANB) na região da Amazônia venezuelana. No dia 2 de maio, o chefe do Comando Estratégico Operacional da FANB, Domingo Hernández Lárez, anunciou que militares promoveram o desmonte de mais cinco acampamentos dedicados a práticas de mineração ilegal no estado de Bolívar. Essas apreensões foram realizadas no marco da Operação Escudo Bolivariano Gurí 2025 [1]. Tais acampamentos se caracterizavam pela proteção de material logístico para a mineração, pela depredação ambiental causada por suas atividades e pela contaminação de bacias hidrográficas. Como de costume, o informe dado por Hernández Lárez foi feito por meio de suas redes sociais. Na ocasião, o chefe operacional da FANB aproveitou para destacar que, na operação, cinco cidadãos foram presos e colocados sob o comando da Terceira Promotoria de Meio Ambiente [2].

Para além das operações militares, em maio a Venezuela participou virtualmente do Fórum de Ministras e Ministros dos Países Amazônicos, celebrado no Peru. O evento foi organizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e pela Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). A participação do país foi marcada pela apresentação da Grande Missão “Madre Tierra” e pela “sexta transformação do ecossocialismo”. O representante do Estado venezuelano foi o Ministro do Poder Popular para o Ecossocialismo, Ricardo Molina. Tais iniciativas buscam promover a integração entre economia, tecnologia e sociedade, em harmonia com o meio ambiente. O ministro aproveitou a ocasião para destacar a criação de mais de 5 mil Conselhos de Ecossocialismo e abordou em sua fala temas como: reflorestação, conservação de bacias hidrográficas e gestão de resíduos sólidos, com ênfase em reciclagem e economia circular [3].

A Grande Missão “Madre Tierra” foi apresentada pelo presidente do país, Nicolás Maduro, com o intuito de avançar na recuperação e regeneração ecológica do país. A missão terá sete linhas de atuação: 1) “organização da vida” e articulação dos movimentos sociais e ecológicos; “semeadura da vida”, com a promoção de viveiros; 2) “território para a vida”, que envolve a realização de levantamentos de bacias hidrográficas e na

prestação de atenção imediata; 3) “clima para a vida”, que promove o fortalecimento da observação contra a crise climática, com medidas de mitigação; 4) “fauna para a vida”, que possui como objetivo a proteção da fauna; 5) “saneamento para a vida”; e 6) “produção para a vida” [4].

Referências

[1] Disponível em: <https://www.eluniversal.com/sucesos/206849/fanb-desmantelo-cinco-campamentos-de-mineria-ilegal-en-bolivar>

[2] Disponível em: <https://www.globovision.com/suceso/38216/fanb-desmantelo-cinco-campamentos-de-mineria-ilegal-en-bolivar>

[3] Disponível em: <https://www.telesurtv.net/venezuela-madre-tierra-amazonia/>

[4] Disponível em: <https://mincyt.gob.ve/nace-la-gran-mision-de-nueva-generacion-madre-tierra/>

OTCA

Por Beatriz Bandeira de Mello

A cidade de Quito, no Equador, recebeu a 2ª Reunião Regional da Rede Amazônica de Manejo Integrado do Fogo (RAMIF) [1]. O objetivo do encontro foi reforçar a cooperação entre os países da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e padronizar as respostas e políticas de combate e controle a incêndios florestais. A Diretora-Executiva da OTCA, Vanessa Grazziotin, participou da reunião junto a outros especialistas na área, como a Ministra do Meio Ambiente, Água e Transição Ecológica do Equador, María Cristina Recalde. Os representantes analisaram o Plano Bianual da RAMIF e definiram prioridades para o biênio 2025-2026.

No dia 8 de maio, representantes da OTCA visitaram o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), em Brasília [2]. Os participantes do encontro discutiram possibilidades de cooperação internacional entre as instituições e projetos em curso, com destaque para a Rede Moara, que reúne desenvolvedores e ferramentas de software livre, a Plataforma Civis, que promove a ciência cidadã na América Latina e no Caribe, e o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/ IBICT). Outra iniciativa apresentada foi o Observatório de Desenvolvimento Integrado Sustentável (ODIS), uma parceria entre o IBICT e 12 países latino-americanos (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, México, Panamá, Peru e Uruguai). O ODIS produz conhecimento sobre desenvolvimento

sustentável e publica informações estratégicas, a partir da colaboração entre distintos setores do governo e da sociedade civil.

Referências

[1] Disponível em: <https://www.portalv.com.br/news/quito-sedia-reuniao-da-rede-amazonica-de-manejo-integrado-do-fogo-para-fortalecer-acoes-contra-incendios-florestais>

[2] Disponível em: <https://www.gov.br/ibict/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2025/maio/representantes-da-otca-visitam-o-ibict-e-discutem-cooperacao-em-informacao-cientifica-e-desenvolvimento-sustentavel>